



O Prefeito Municipal de Irati, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal, dentre outros dispositivos legais aplicáveis à espécie, apresenta a consideração dessa Casa de Leis, o seguinte:

**PROJETO DE LEI Nº 003/2019**

**Súmula:** Autoriza o Poder Executivo Municipal a celebrar acordo judicial parcial nos Autos nº 0003561-32.2014.8.16.0095, que tramita na 1ª Vara Cível da Comarca de Irati - PR.

**Art. 1º** – Autoriza o Poder Executivo Municipal de Irati - PR a celebrar acordo judicial parcial com a empresa “Stafim Execuções de Obras Ltda”, decorrente da Ação Judicial nº 0003561-32.2014.8.16.0095 que tramita na 1ª Vara Cível da Comarca de Irati - PR, para resolução de pendência oriunda de obras realizadas nesta cidade, que se faz nas seguintes condições:

**I** – Fica reconhecido o pagamento integral realizado pelo Município a empresa “Sfafim Execuções de Obras Ltda”, referente a obra 1º Bloco do Paço Municipal (Contrato nº 055/2011).

**II** – O Município efetuará o pagamento mediante depósito e/ou transferência bancária na conta do Procurador Judicial Constituído, Dr. Nelson Anciutti Bronislowski – OAB/PR 27.521, da empresa “Sfafim Execuções de Obras Ltda”, referente à obra relativa ao 1º Bloco do Paço Municipal (Contrato nº 055/2011) no valor de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais).

**III** – O pagamento previsto no inciso anterior será em 02 (duas) parcelas, sendo a primeira no valor de R\$ 50.000,00 a ser paga até o último dia útil de fevereiro/2019 e a segunda parcela no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) a ser paga até o último dia útil do mês de março/2019.

**IV** - Em contrapartida a empresa “Stafim Execuções de Obras Ltda” desiste de todos os pedidos, dando por quitado qualquer crédito oriundo da ação em epígrafe relacionados, exclusivamente a obra do 1º Bloco do Paço Municipal (Contrato nº 055/2011).



**Art. 2º** – O Executivo Municipal adotará providências de adequação orçamentária e financeira no tocante às despesas decorrentes da execução desta lei que correrão por conta das dotações próprias do orçamento vigente, suplementadas oportunamente, se necessárias.

**Art. 3º** – Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, em 29 de janeiro de 2019.

**Jorge David Derbli Pinto**  
Prefeito Municipal

---

**PROJETO DE LEI Nº 003/2019**

**Súmula:** Autoriza o Poder Executivo Municipal a celebrar acordo judicial parcial nos Autos nº 0003561-32.2014.8.16.0095, que tramita na 1ª Vara Cível da Comarca de Irati - PR.

**JUSTIFICATIVA**

Senhor Presidente.  
Nobres Vereadores.

Encaminhamos para tramitação nesta Casa de Leis o Projeto de Lei nº 003/2019 que autoriza o Município de Irati a celebrar acordo judicial parcial nos Autos nº 0003561-32.2014.8.16.0095, que tramita na 1ª Vara Cível da Comarca de Irati - PR, em que figura como parte autora a empresa "Stafim Execuções de Obras Ltda".

A empresa "Stafim Execuções de Obras Ltda" ajuizou Ação Ordinária de Cobrança em face do Município de Irati para recebimento de valores pendentes de pagamento referente as inúmeras obras, dentre elas, a obra do 1º Bloco do Paço Municipal (Contrato nº 055/2011).

O valor pleiteado pela empresa na ação judicial foi de R\$ 206.811,15 (duzentos e seis mil, oitocentos e onze reais e quinze centavos) referente a obra do 1º Bloco do Paço Municipal, sendo ajuizada no mês de julho de 2014, a qual segundo a empreiteira estaria 95% (noventa e cinco por cento) concluída.

Ocorre que desde o ajuizamento da ação a obra do 1º Bloco do Paço Municipal vem sendo alvo de depredação e vandalismo, aumentando a cada dia que passa o custo para a conclusão da obra (vide fotos anexo).

Além disso, o local tem sido frequentado por usuários de drogas e para consumo de bebidas alcoólicas, colocando em risco toda a coletividade.

De outro ponto, a discussão judicial encontra-se longe de qualquer conclusão apesar da ação tramitar há mais de 04 (quatro) anos, sequer encerrou-se a

primeira fase judicial com a prolação da sentença, aguardando-se ainda da realização de Perícia Técnica.

Salienta-se que o custo para eventual Perícia Técnica pode superar o valor de R\$ 20.000,00, considerando a complexidade e o estado atual da obra. Soma-se a isso, os custos e despesas processuais, bem como eventual condenação do Município ao pagamento do valor pleiteado pela empreiteira, o que em muito superaria o valor proposto em acordo.

Assim, visa o acordo judicial não apenas colocar fim a uma ação judicial que irá completar cinco anos, mas evitar maiores prejuízos ao município quanto ao risco de perder recursos financeiros.

Ou seja, o acordo judicial a ser efetivado trará benefícios significativos com ganho econômico-financeiro, principalmente por ser o valor proposto um percentual reduzido do que a Administração Pública poderia ser compelida a pagar caso houvesse o pagamento forçado/judicial, bem como a utilização do prédio para realocar algumas Secretarias ou Departamentos, reduzindo os gastos com alugueis de imóveis de terceiros.

Dessa forma, propõe-se o acordo judicial a fim de evitar maiores dispêndios aos Cofres Públicos execução forçada, pagamento de juros e correção monetária, bem como custas e despesas processuais.

Considerando a importância da medida proposta neste projeto, solicito aprovação da matéria e apresento a Vossa Excelência e demais dignos Pares, meus protestos de respeito e consideração.

Assim, contamos com a especial atenção desta Casa na apreciação do presente projeto.

Atenciosamente



**Jorge David Derbli Pinto**  
**Prefeito Municipal**



















